Reunião com as Câmaras Setoriais de Aves, Ovos, Suínos, Milho e Leite e Derivados

Data: 08/02/2000

Local: Auditório da CODEAGRO/SAA

Presentes: **C.S. Aves** – Airton Biscola, Célio Terra e Moyses Escobar, representando Salvador Ortega Ohia; **C.S.Ovos** – José Carlos T. de Silva, Yoshiteru, representando Fumio Saito e Yasuhiko Yamanaka; **C.S.Carne Suína** – Klaus Walter Starke e Paulo Roberto Bottini; **C.S.Milho** – Paulo Henrique Chibinski Fortes, Alfredo Tsunehiro, Otávio R. Maghelly, representando Luiz Renato de Castro e Silva, Katuyuki Kinoshita, representando Roberto Kazuo Yamakado e João Prior; **C.S.,Leite e Derivados** – André Zanaga Zeitlin, José Ramos Nogueira, Manoel José de Alcântara, Renato Mariotto e Nicola de Angelis. Estiveram presentes, ainda, Sérgio Bassi e Paulo A.S.Nuevo, do Banco do Brasil, o secretário adjunto Sr. Lourival Carmo Mônaco, Nelson Pedro Staudt e Rosana de O. Pithan e Silva, secretários executivos das Câmaras Setoriais.

Pauta: “Safrinha Vale um Milhão” O Sr. Mônaco, secretário adjunto, abriu a reunião explicando que a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo estava iniciando um processo de mudança e que o primeiro passo era o empenho da Secretaria em estimular o plantio de milho safrinha e discutir com o setor os gargalos e que o é viável dentro do desafio de produzir mais de 1 milhão de toneladas de milho no ESP, com o objetivo de diminuir a importação de cerca de 3 milhões de toneladas necessários. Um dos pontos que foi levantado na reunião anterior, com o secretário, quando foi lançado o programa “Safrinha Vale um Milhão”, e estiveram presentes alguns presidentes de C. setoriais e técnicos do Banco do Brasil, é que há problemas com a armazenagem. Agora o momento é de ação. O Sr. Mônaco informou que o programa foi lançado com a ajuda do Banco do Brasil, que informou que não haverá problema de recurso. A intenção é trabalhar com a cadeia como um todo, lembrando que esta é que deverá alertar qual a política que a Secretaria da Agricultura deve adotar. No momento, o primeiro passo é ampliar a produção de milho e para isto as Casas de Agricultura e os Conselhos Regionais já estão trabalhando no fomento da produção. O Sr. Sérgio Bassi, do BB, colocou que o banco ficou afastado do crédito rural em São Paulo, e que agora, às vezes, está havendo dificuldade de se chegar ao gerente, apesar de haver programas de treinamento. Quanto à “safrinha”, para o custeio do produtor, informou que já foi entregue uma proposta para seu diretor e que aparentemente haverá recurso para todos produtores. Foi colocado que para se ter acesso ao crédito, as empresas têm que prever no seu contrato social, beneficiamento. Por exemplo, uma granja teria que usar o milho para fazer fubá. O Sr. Sérgio acredita que as câmaras devem pressionar para excluir esta palavra do texto junto à Secretaria de Economia Política, pois o peso de vários setores pode ajudar na alteração da legislação. O Sr. Célio Terra questionou para quem foi feito o financiamento, seria para a indústria? Acha correto fazer um documento das câmaras sobre este assunto pois considera o fato esdrúxulo. O Sr. Mônaco lembrou que a intervenção do secretário nas questões será feita, e que gostaria que fossem levantadas as problemáticas, vendo o que é viável mudar de imediato. O Sr. Sérgio explicou que internamente, no Banco do Brasil está se tentando mudar a questão, mas acredita que se não houver pressão política dos setores, de nada adiantará. Disse acreditar que a CPR deve assumir, cada vez mais, o lugar do financiamento tradicional. Em relação ao assunto, o Sr. José Carlos colocou que acredita que um documento assinado em conjunto pela SAA e Câmaras é o caminho. O Sr. Mônaco mais uma vez entrevistou dizendo que a palavra do secretário é a das câmaras. Na sequência, o Sr. Paulo, do BB, discorreu sobre o que é a CPR e como é possível ter acesso a ela. Informou que ela foi criada em 1994 e foi transformada em lei e que hoje todo produtor rural e cooperativa pode emitir CPR. Disse que ela é um título na qual o produtor vende sua safra à vista e se compromete a entregar numa determinada qualidade e num determinado local. Com isto consegue recurso para seu custeio. Na cédula vai o produto, não o valor financeiro. A negociação do preço é entre produtor e comprador da cédula. O valor limite para emissão é feito através da avaliação da produção total estimada. A CPR é endossada e quem compra pode vendê-la no produto caso o produtor não o faça. Para isto o BB cobra uma taxa de aval, antes da compra, que no caso do milho é 0,65% ao mês. Informou, ainda, que a carteira da CPR do BB está segurada e o banco não cobra por isto, pois já está embutido na taxa de aval. O banco não interfere no preço. Pode-se vender CPR através do leilão eletrônico. A CPR se transforma em EGF na entrega do

milho. Para o carregamento da CPR, o período de contratação é até 30/04/2000 e a data da entrega do produto é 28/08/2000. Em relação a esta data foi sugerido que ela seja repensada e foi lembrado que a definição foi feita sem contemplar a safrinha, sendo colocada a necessidade de se incluí-la. A entrega do comprovante de depósito é de até 30 dias, a partir da data da entrega dos comprovantes de depósito, não podendo ultrapassar 31/01/2001 e aí ela vai se transformar em EGF. Foi lembrado que o preço não é alterado porque ele foi acertado na venda. O Sr. Paulo esclareceu que o produtor recebe dinheiro na hora. Esclareceu-se que o banco pede garantia do produtor e do produto, pois significaria cerca de 16%. O Sr. Paulo acha que o produtor deve se aproximar do banco para que, em contato com algumas indústrias para saber da possibilidade de parcelas e sentiu que isto não existe no meio. O Sr. Luizenir, da Cargill, disse que sua empresa faz parceria com soja e milho. No setor avícola ele avalia que não possível fazer isto, pois o setor não tem condições de capital de giro. Se ele estivesse capitalizado, poderia fazer parceria. Entende que ele teria condições se ele conseguisse uma linha de crédito para avicultura, por exemplo. Disse não entender porque ninguém do governo se preocupa em abrir uma linha de crédito para esta área que é a maior geradora de empregos. O Sr. Célio Terra colocou que hoje existe uma aproximação em regiões agrícolas de compra direta. O que desapareceu, foi a figura do banco para financiamento. Seria preciso a criação de um mecanismo de financiamento. Foi levantada a questão do passeio do produto com o qual só ganha o intermediador. A realidade do preço do milho é no mínimo de 40% de valor agregado do que sai do produtor. O Sr. Sérgio acredita que não se conseguir resolver as coisas com financiamento rural. É um volume muito pequeno. No mínimo vai manter a tendência ou diminuir. O Sr. Luizenir disse que a CPR tem que ser encarada diferente de como ela é demonstrada. Precisa mostrar o caminho das pedras entre o produtor e o consumidor. A distância entre ambos é primordial. É preciso CPR da região. O produto tem que ser consumido no mesmo local. A Casa de Agricultura tem que começar a vender este peixe. Na região de Araçatuba, por exemplo, o produtor de gado de corte e leite está usando o confinamento e liberando área para plantar. Para isto não é preciso dinheiro e sim conscientização. O trabalho das C.S. é se mexer para ter uma ação no campo. Os pontos importantes são: 1 – CPR a curta distância; 2 – Fazer um trabalho com o BB; 3 – Casas de Agricultura devem incentivar o pessoal da agricultura a melhorar produtividade. O Sr. Sérgio propôs que as C.S. passassem, ao BB, as regiões produtoras que tem interesse na compra de milho para se concentrar nestas áreas. Com isto faria um trabalho no banco. O Sr. Célio Terra informou tem condições de fazer isso. O Sr. Alfredo informou que as áreas adicionais para serem agregadas seriam as de pastagem degradada, cana e área de pousio que poderiam ser aproveitadas, cerca de 140 mil hectares. Aí precisaria orientação para o próximo ano. Quanto a demanda não há dados regionais. Seria bom ter acesso a dados como os da avicultura e poderia ter também da pecuária leiteira e suínos. O Sr. Sérgio deixou claro que precisa de intenção de compra. Foi lembrado que a FAESP já está divulgando, em sindicatos rurais, a CPR e que agora estão fazendo uma cartilha para a qual o Sr. Nelson colocou a SAA à disposição para viabilizá-la. Definiu-se que as medidas urgentes a serem tomadas são:

- Identificação das regiões consumidoras de milho, consumidoras de milho, com o apoio das Câmaras Setoriais para informar o Banco do Brasil que procurará concentrar sua atuação nestas áreas;
- Acionar a CATI, através das Regionais e Casas de Agricultura,, para promover ações de aproximação de potenciais produtores com os consumidores de milho;
- Para viabilizar esta aproximação e efetivar acordos entre as partes, o Banco do Brasil atuará, acionando seus gerentes regionais e contará com apoio dos membros das Câmaras Setoriais;
- O Banco do Brasil utilizará como instrumento a CPR de Curta Distância;
- O Banco do Brasil e a FAESP já estão produzindo um folder para divulgação da CPR que poderá contar com o apoio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para sua agilização;
- Pressionar a Secretaria de Economia Política para a modificação de algumas disposições da legislação pertinente ao Crédito Rural, para viabilizar a CPR (ação que conta com o apoio do BB).

Rosana de O. Pithan e Silva
Secretária Executiva

Nelson Pedro Staudt
Secretário Executivo